
A PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO: SOCIOLOGIA E A LEI 10.639/03

**Marcos Antonio Bezerra
Coqueiro**

Graduado em Licenciatura
Plena em Ciências Sociais pela
Universidade Estadual do Piauí
(UESPI) – Mestrando em
Ciências Humanas e Sociais
pelo Universidade Federal do
Oeste da Bahia (UFOB)
marcosbezerraphb@hotmail.co
m

Resumo

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a influência da Cultura-Afro presente na sociedade brasileira, tendo em vista que em 2003, se tornou obrigatório a inserção do ensino da História e Cultura-Afro na educação pública no país sob a Lei 10.639. Nessa perspectiva, temos como base a minha experiência docente a partir de um projeto intitulado “A influência da Cultura-Afro no Brasil”, aplicado no Colégio Estadual Maria Otília Lutz em Luís Eduardo Magalhães, Bahia. Através de um conjunto de palestras, cujos principais eixos apresentados foram: história da África, linguagem, estética, culinária, moda, dança e música. Para a problematização teórica da temática, procurei me basear por autores das Ciências Sociais que debatem tanto a importância de estimular uma consciência sobre o papel do povo africano para a construção sócio-cultural-econômica do Brasil, quanto na busca de mostrar para os alunos que o preconceito racial no contexto brasileiro é praticado de forma velada, mascarado sobre uma suposta democracia racial. Dessa forma, esse trabalho visa contribuir tanto no sentido de colaborar para que haja uma reflexão a respeito das práticas pedagógicas sobre a Cultura-Afro nas escolas brasileiras, apresentando o papel fundamental do povo africano para a construção do Brasil, quanto na colaboração acerca da construção do trabalho docente através da disciplina de Sociologia.

Palavras-chave: Cultura-Afro. Experiência docente. Sociologia.

Introdução

A formação da sociedade brasileira resulta da fusão de diversas culturas de diferentes partes do mundo, cada uma contribuindo com suas particularidades e moldando a identidade multicultural do país. Nesse cenário, prevalece uma cultura de matriz europeia, que influencia o pensamento dos brasileiros e é reforçada de forma implícita pelo sistema educacional.

Em 2003, durante o governo Lula, foi estabelecida a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Básico das escolas públicas, marcando um importante avanço social. Essa legislação, no entanto, ainda enfrenta desafios em sua aplicação prática e implantação nas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, a construção intelectual do Brasil pós-abolição foi desenvolvida a partir de uma proposta de esboço que enxergava o cenário brasileiro como campo de estudos raciais, levando em consideração o contexto científico que era baseado no darwinismo, evolucionismo e poligenismo (PACHECO; SILVA, 2007).

Nesse contexto, o pensamento evolucionista persistiu, influenciando intelectuais da década de trinta, como por exemplo, autores como Nina Rodrigues (1862-1906) e Arthur Ramos (1903-1949), que responsabilizavam o negro pelos problemas do Brasil, como a decadência econômica e social. Assim, segundo Costa (2006, p. 156), “na virada para o século XX, a ideia difusa de evolução parecia ser o termo comum que permitia o diálogo entre as diferentes correntes que formulavam projetos para a nação brasileira”.

Sendo assim, os problemas sociais que fizeram parte das experiências do negro no período pós-abolição, continuam presentes no cotidiano dessas pessoas até os dias atuais (PACHECO; SILVA, 2007). Nesse sentido, Gilberto Freyre por meio de sua obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, acabou contribuindo para uma visão harmoniosa dentro da relação entre brancos e negros, formando no imaginário brasileiro uma visão pacifista, cuja qual buscava representar uma certa civilização livre de embates raciais.

No entanto, essa teoria freyreana, que de maneira implícita tentava desenvolver uma espécie de democracia racial foi refutada por Florestan Fernandes (2013), cujo autor inverteu a narrativa, destacando que o negro é quem sofre com as desigualdades impostas pela sociedade. Uma vez que, o mito da democracia racial fomenta outros mitos paralelos, corroborando para de um lado, fortalecer os privilégios e direitos da população branca, e

por outro lado, colaborando para o fortalecimento de uma visão estereotipada das pessoas negras, produzindo estruturalmente uma sociedade baseada na desigualdade racial.

Dessa maneira, com base no projeto aplicado em uma escola estadual de Luís Eduardo Magalhães - BA, intitulado “A influência da Cultura Afro no Brasil”, este estudo busca explorar o papel da escola em incentivar os alunos a terem uma visão mais crítica sobre a sociedade brasileira, desconstruindo preconceitos e desafiando a representação submissa do negro. O estudo também visa refletir sobre o impacto de uma reprodução inadequada da herança africana, discutir a importância da disciplina de Sociologia na superação da desigualdade racial e propor a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A relevância desse tema se justifica pelo racismo ainda presente na sociedade brasileira, que perpetua a falsa ideia de inferioridade dos negros, limitando sua contribuição à identidade nacional ao período da escravidão. Dessa forma, a Sociologia assume um papel crucial na formação de uma consciência crítica sobre a história do Brasil, sendo a escola e a disciplina de Sociologia ferramentas importantes para combater o preconceito e reduzir as desigualdades sociais. Esse trabalho, portanto, busca destacar a importância da escola no combate à naturalização do racismo e o papel da Sociologia na aplicação da Lei 10.639/03, promovendo o conhecimento sobre o legado africano na formação do Brasil.

O artigo está dividido em introdução, fundamentação teórica, conclusão e referências.

Aplicação da Lei 10.639/03: Realidade ou Teoria?

Uma sociedade diversificada é uma das principais características do povo brasileiro desde o período colonial, cujo qual foi responsável pela chegada dos diversos indivíduos oriundos de lugares diferentes do planeta, algumas sendo forçados a virem, e outros, fazendo parte da imigração voluntária. Nesse cenário, existir um diálogo cultural entre os povos torna-se uma realidade que possui uma certa resistência, já que cada um deles produzem distintas formas de socialização dentro do seu campo social, construindo um conjunto de valores e costumes que diferenciam o modo como os indivíduos agem em sociedade (BOURDIEU, 1996).

Em meio desses embates culturais, a Cultura-Afro sofre de certa inferioridade imposta a ela através do preconceito explícito e implícito perante as relações sociais existentes a partir de um período escravagista, moldando a imagem submissa a respeito dos costumes e valores herdados pelo povo africano. Uma vez que:

A discriminação que se pratica no Brasil é parte da herança social da sociedade escravista. No mundo em que o ‘negro’ e o ‘branco’ se relacionavam como escravo e senhor, esse último tinha prerrogativas que aquele não possuía – nem podia possuir, como ‘coisa’ que era e ‘fôlego vivo’, uma espécie de ‘instrumento animado das relações de produção’. A passagem da sociedade escrava para a sociedade livre não se deu em condições ideais. Ao contrário, o negro e o mulato viram-se submergidos na economia de subsistência, formando uma espécie de escória da grande cidade, vendo-se condenados à miséria social mais terrível e degradante (FERNANDES, 2013, p. 61).

Levando em consideração esse histórico, o fato de o Brasil, segundo Pereira (2013), ser a segunda maior nação negra do mundo, e a que tem maior população negra fora da África, perdendo apenas para a Nigéria, mostra que ele é um país estruturalmente construído a partir da desigualdade racial, revelando que mesmo contendo um número significativo de pessoas negras, o preconceito racial ainda é uma das principais ferramentas de exclusão, discriminação e violência no sistema social brasileiro, fortalecendo um conjunto de ações que contribuem para que cada vez mais jovens negros sejam presos, mortos e punidos por causa de sua cor.

Para que tenha fim essa discriminação, adquirido a partir de um período vergonhoso na história do Brasil, é preciso que perpetue uma formação “decolonial”, havendo uma desconstrução da autoimagem negativa atribuída aos negros, pois essa autodepreciação se torna um instrumento de opressão e conformismo de uma identidade inferiorizada. Segundo Fernandes “Temos de aprender a não expurgar os diferentes grupos raciais e culturais do que eles podem levar criadoramente ao processo de fusão e unificação, para que se atinja um padrão de brasilidade autenticamente pluralista, plástico e revolucionário” (2013, p. 33).

Ao abordar a questão da inclusão racial no contexto educacional, é nítido a prevalência de uma perspectiva eurocêntrica, cuja influência dominante configura o sistema escolar como um espaço predominantemente homogêneo, onde a herança europeia se sobressai em relação a outras tradições. Este paradigma eurocêntrico, ao permear o currículo e as práticas pedagógicas, estabelece um padrão que marginaliza outras formas culturais, relegando-as a um plano secundário. Em vez de fomentar uma

verdadeira valorização da diversidade e de promover a inclusão genuína, o sistema educacional frequentemente reforça uma visão europeia dominante, que não apenas minimiza a importância das contribuições de diferentes comunidades culturais, mas também posiciona os padrões europeus como o ideal a ser alcançado.

Esse fenômeno é intensificado pelo silenciamento das discussões sobre a racialidade dentro das instituições escolares, um silenciamento que decorre de uma resistência ao reconhecimento e à valorização da identidade negra, cuja origem é africana. Quando se aborda a Afrodescendência, está se referindo a um complexo entrelaçamento de referências sócio-históricas e culturais, com raízes profundas nas tradições africanas. Como bem destaca Pereira (2007, p.15), “Nesse cenário, a Escola se torna, inevitavelmente, um lugar privilegiado que reflete, através de diferentes perspectivas, o rico e desafiador enredo das relações sociais”.

Dessa maneira, a ausência de um diálogo aberto e inclusivo sobre essas questões evidencia um ambiente educacional onde a riqueza da diversidade cultural é sistematicamente ignorada, perpetuando assim desigualdades e exclusões dentro do espaço escolar. Afinal, o ambiente escolar, e sem dúvida o professor possui papel fundamental na quebra de uma educação que legitima uma cultura eurocêntrica, uma vez que ele tem a capacidade de desmistificar o etnocentrismo enraizado no currículo escolar brasileiro.

Em 2013, completou dez anos da Lei 10.639/03. Mas ainda se tem muito que fazer para sua implementação, já que os currículos escolares ainda trabalham de forma homogênea, em um sentido de reprodução da visão europeia sobre a formação do Brasil, sendo esse viés eurocêntrico uma ferramenta que serve como forma de discriminação racial, colocando o negro em uma condição inferior na sociedade.

O objetivo previsto nessa lei torna em evidência uma questão: será se a lei 10.639/03 deveria ser vista como mera obrigação? Pois bem, em uma sociedade em que a discriminação racial ainda está tão evidente, é preciso sim que se torne obrigatório o ensino da Cultura-Afro nas escolas. No entanto, para que essa finalidade seja alcançada é preciso encontrar uma forma bastante clara e compreensiva sobre a maneira como os professores irão abordar o tema, não limitando ao período escravagista.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 surge como uma conquista para os movimentos negros que lutaram e ainda lutam por uma igualdade racial em todos os campos sociais. Afinal, “A inclusão dos valores culturais afro-brasileiros nos currículos escolares

representa o reconhecimento de uma dívida da sociedade para com os africanos e seus descendentes” (PEREIRA, 2008, p.8).

Entretanto, a Lei 10.639/03 não muda de vez uma realidade histórica, já que a discriminação racial se tornou parte de uma cultura preconceituosa existente no contexto brasileiro, herdada de um passado colonial que oprimiu e colocou o negro em posição submissa na sociedade, porém, essa lei serve como ponto de partida para a construção de um cenário mais justo, criando mecanismos para que os indivíduos e principalmente o sistema educacional reflita e busque mudanças para uma ruptura com um passado vergonhoso.

A Sociologia no Ambiente Escolar

Quando se fala da inclusão da Sociologia no ambiente escolar, surge uma pergunta: Para que serve a Sociologia? Pois bem, essa problemática é o pilar de distinção dessa disciplina para as outras, por sofrer de certa resistência no sistema educacional, a sua história mostra uma característica fragmentada e intermitente, agindo de forma direta no modo como ela é abordada nas escolas (SILVA, 2010).

Nesse sentido, a ruptura com a desigualdade racial e a ajuda na implementação da Lei 10.639/03 serve como instrumento de estudo e prática sociológica, desmistificando a inferioridade social atribuída a Cultura-Afro, mostrando a Sociologia como ferramenta de desnaturalização do preconceito e esclarecimento sobre a formação do Brasil.

A sociologia busca entender como as sociedades classificam brancos e negros, paulistas e nordestinos, nacionais e estrangeiros, e mostra que o racismo não é inerente às consciências individuais, mas é uma forma socialmente construída, aprendida, de classificar as pessoas de cores ou “raças diferentes”, a partir de traços secundários aos quais são atribuídos valores de signo positivo ou negativo, mesmo quando a ciência já revelou a igualdade substantiva da espécie humana do ponto de vista biológico (BARBOSA, 2012, p.27).

As idas e vindas da Sociologia no cenário educacional agrava o prosseguimento das pesquisas sobre os conteúdos a serem trabalhados no Ensino Médio, pois a produção científica não compreende de forma importante a construção e definição das metodologias e conteúdos pedagógicos a serem usados pelos professores no ensino secundário se a disciplina não estiver presente no sistema de ensino (SILVA, 2010).

Nessa perspectiva, Moraes e Guimarães (2010) apontam o estranhamento e a desnaturalização como os pilares para o serviço da pesquisa e o ensino das Ciências

Sociais, mostrando que ambos oferecem para o aluno uma compreensão acerca da realidade social, ultrapassando as barreiras impostas pela sociedade a fios invisíveis.

Dessa forma, a Sociologia “[...] para o nível médio, propicia aos jovens o exame de situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa [...]” (MORAES; GUIMARÃES, 2010, p. 48). Como dissera Zygmunt Bauman:

A Sociologia (por bem ou por mal, intencionalmente ou não, como fico repetindo) tende a solapar os alicerces sobre os quais se sustentam as crenças populares na “necessidade” e “naturalidade” de coisas, ações, tendências e processos. Ela desmascara as irracionalidades que têm contribuído para sua composição e seu prosseguimento. Revela as contingências por trás das regras e normas ostensivas, assim como alternativas acumuladas em torno da supostamente única possibilidade [...]. No final das contas, o *métier* do sociólogo, tomando de empréstimo a alegoria de Kundera, é “rasgar as cortinas” que ocultam as realidades, que as encobrem com suas representações fraudulentas (2015, p. 36).

Afinal, a Sociologia tem na sua essência estimular no indivíduo a capacidade de se libertar das amarras sociais que estão presos, proporcionando um horizonte além dos muros do senso comum, esclarecendo que a desigualdade racial introduzida nas relações sociais é um fator construído e desenvolvido historicamente, reproduzido de geração em geração, não sendo uma característica natural da sociedade. Dessa maneira, a sociologia serve como:

Uma ferramenta para o aluno entender a sociedade, estimulando a capacidade crítica, especialmente a capacidade de desnaturalizar fenômenos sociais contrapondo o pensamento sociológico ao senso comum e contribuindo para uma formação cidadã (MAIÇARA; MONTEZ; GESTEIRA, 2015, p.102).

Tomando como base os instrumentos de reprodução do preconceito racial, bem como a lei que define as possibilidades de atuação, é preciso destacar o papel primordial do trabalho docente com o objetivo de desenraizar a cultura discriminatória que ocorre no espaço escolar, por meio da violência simbólica, cuja característica faz com que sua ação seja cada vez mais complexa de ser combatida, pois os indivíduos que fazem parte de uma sociedade preconceituosa e que permeia uma cultura eurocêntrica em detrimento das outras, acabam por agir discriminatoriamente sem perceber.

Uma vez que, a ideia de uma suposta democracia racial colabora para que se perpetue uma ideologia de igualdade entre as pessoas, permitindo que a violência simbólica sofrida pelos negros se torne mero elemento de convívio social, sem perceber

que por de trás dessa ação está um conjunto de pressupostos histórico e cultural que contribui para tal prática, ou seja, a discriminação racial acaba por ser velada sobre uma ideia de igualdade entre os indivíduos independentemente da sua cor de pele.

Portanto, a análise sociológica proporciona aos estudantes uma ruptura com a reprodução de uma cultura eurocêntrica que doutrina as pessoas a seguirem certos tipos de padrões comportamentais que colocam o negro como sujeito estigmatizado, criando estereótipos de que todo negro é ladrão, vagabundo, assassino, dentre outros adjetivos que corroboram para uma sociedade cada vez mais racista e injusta.

Uma Experiência Docente

O projeto intitulado “A influência da Cultura-Afro no Brasil” foi pensado com o objetivo de ampliar a visão que os alunos tinham sobre a cultura africana e principalmente a importância desse povo para a construção da sociedade brasileira, demonstrando que seu papel histórico vai além do que os livros e a própria educação ensinam sobre a formação do Brasil.

Uma vez que na maioria das vezes esse povo é retratado de maneira limitada ao período escravocrata, além de que as referências sobre a África são ligadas aos altos índices de pobreza, às guerras entre tribos, fortalecendo a representação de que seus habitantes são majoritariamente “selvagens”, enfim, afirmando através de características negativas que o povo africano além de trabalharem como escravizados, não tem papel nenhum na história do Brasil.

Porém, a sociologia demonstra que os negros africanos foram muito mais do que simples escravizados, pois trouxeram em seus espíritos e mentes, valores, costumes, crenças, uma gama enorme de bens culturais que vieram de várias partes do continente africano. Nesse sentido, através das palestras em forma de aula, busquemos explicar que o colonizador criou e reproduziu uma ideologia que colocasse todos os negros escravizados em um mesmo patamar de identificação.

Visto que na África eles não se reconheciam como “negro”, eles se identificavam a partir dos seus traços culturais que faziam com que se distinguissem enquanto indivíduos e tribos, “o que fez a empresa do tráfico no período moderno foi isto: criar e limitar uma noção de ‘branco’ à Europa Ocidental, desconsiderando outros povos

caucasianos, e ao mesmo tempo condensar todas as etnias da África negra dentro do rótulo de raça negra”. (BARROS, 2014, pág. 65).

Para a operacionalização do projeto, procuramos nos basear principalmente pelos autores da sociologia, pois através das suas análises, as explicações sobre o modo como o preconceito racial é reproduzido no país se tornaram mais claras. Muitas foram as dúvidas trazidas pelos alunos ao longo de todas as palestras, como por exemplo, certa vez uma aluna indagou se existia realmente preconceito racial no cenário brasileiro, para a resposta nos fundamentamos primeiramente sobre como Bourdieu explica a construção do *habitus*, mostrando para ela que o preconceito faz parte desses valores e costumes que os indivíduos internalizam inconscientemente através das suas relações sociais ao longo da vida.

Nessa perspectiva, o segundo argumento partiu da afirmação de Florestan Fernandes sobre o fato do brasileiro “ter preconceito de ter preconceito”, esclarecendo que no Brasil as pessoas não se reconhecem como racistas, ao invés disso, enxergam sempre o “outro” como preconceituoso. Essa pergunta demonstra que autores da sociologia são de suma importância para explicar a maneira como acontece o racismo brasileiro.

Mas para finalizar esse episódio, concluímos a resposta para a discente através de duas perguntas para todos os alunos presentes na sala de aula. Na primeira, pedimos que levantassem a mão aqueles que achassem que existia preconceito racial no Brasil, quase 100% da classe levantou a mão. Na segunda, pedimos que levantassem a mão aqueles que se consideravam racistas, quase 100% dos alunos não levantaram. Dessa forma, os alunos compreenderam o argumento exposto através do pensamento de Florestan Fernandes.

As palestras tiveram como principais eixos: história da África, linguagem, estética, culinária, moda, dança e música. Dessa maneira, os alunos foram estimulados a reconhecer a herança deixada pelos negros africanos para a construção do Brasil, rompendo com uma cultura eurocêntrica, já que essa é uma das principais causas sobre o modo como a Cultura-Afro é vista pelos brasileiros, uma vez que é reproduzida e legitimada uma cultura europeia, hegemônica nos padrões sociais aplicados pelos indivíduos.

Depois de quatro semanas de palestras apresentadas em todas as salas de ensino médio da escola, os professores de humanas em conjunto com a direção e os alunos

realizaram uma culminância durante todo o dia no pátio da escola. Para que esse evento acontecesse, a participação de todos foi de suma importância para o sucesso da culminância.

O evento começou no início da tarde e terminou com céu praticamente escuro. A equipe docente conseguiu chamar uma pessoa envolvida com movimentos sociais para falar sobre a luta constante dos negros em sociedade, além disso, uma equipe de capoeira se apresentou pedindo a participação de todas as pessoas que ali estavam. Mas o que mais chamou atenção foi o empenho dos alunos para o êxito do projeto, visto que eles produziram cartazes, realizaram um desfile de moda com roupas exclusivamente africanas e cantaram músicas que valorizavam a cultura africana.

Enfim, durante e depois do evento os alunos nos deram um retorno positivo, pois se tornou perceptível que o objetivo tinha sido alcançado, porém, não é apenas um projeto que vai conseguir romper com toda uma história de discriminação e preconceito racial, mas é preciso que ações como estas sejam cada vez mais presentes nas escolas de todo o país, fortalecendo a importância do povo africano para o Brasil e rompendo com os estigmas e estereótipos com que o negro é representado.

Portanto, a experiência acumulada por meio da implementação do projeto destacou de maneira contundente a importância crucial da aplicação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Esta legislação não apenas representa um avanço significativo na promoção da diversidade e na inclusão de conteúdos essenciais sobre a contribuição das populações negras na formação da sociedade brasileira, mas também sublinha a necessidade de uma abordagem educacional mais equitativa e representativa.

Além disso, o projeto evidenciou o papel fundamental que a sociologia desempenha no ambiente escolar. A sociologia oferece uma base teórica robusta para a discussão e o debate sobre questões raciais, possibilitando uma análise crítica das estruturas sociais e das relações de poder que perpetuam preconceitos e estereótipos. Através do ensino da sociologia, os alunos são capacitados a desnaturalizar preconceitos arraigados e a desconstruir representações negativas associadas à identidade negra. Essa abordagem não apenas enriquece o entendimento dos estudantes sobre a complexidade das relações raciais, mas também promove um ambiente escolar mais inclusivo e reflexivo.

Em suma, a aplicação efetiva da Lei 10.639/03 e a integração da sociologia como ferramenta pedagógica são essenciais para fomentar um espaço educacional que valorize e reconheça a pluralidade cultural e racial, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conclusão

Para que se amplie o olhar sobre a contribuição da Cultura-Afro na história do Brasil, é preciso que todo o ambiente escolar possa compreender o conhecimento da história dos povos africanos, os movimentos sociais dos negros na busca para conseguir uma igualdade racial no cenário brasileiro, suas contribuições na formação e desenvolvimento do país nas esferas social, econômica e política.

Não basta que haja somente uma melhor capacitação dos professores. É preciso que os materiais didáticos possam proporcionar ao docente uma abordagem mais ampla sobre a questão racial. Além disso, é importante que a lei 10.639/03 não fique somente no plano teórico, sua aplicação é fundamental para que os alunos tenham uma visão mais ampla sobre a construção social do Brasil e para que a representação estigmatizada e estereotipada do negro seja desconstruída.

Portanto, analisar e compreender essa relação são de suma importância na observação dos preconceitos e discriminações raciais enraizadas na cultura brasileira, mostrando de maneira mais clara a importância que a sociologia tem na desnaturalização das desigualdades raciais e também na desmistificação de uma supremacia eurocêntrica, quebrando de vez com a opressão que os negros sofrem desde o período colonial, numa busca de tornar o cenário brasileiro mais igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. de O. Conhecimento e Imaginação: Sociologia para o ensino médio. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BARROS, J. D. A construção social da cor: diferença na formação da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BAUMAN, Z. Para que serve a sociologia?: diálogos com Michael Hviid Jacobsen e Keith Tester. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOURDIEU, P. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

COSTA, S. Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia, 2013.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

MAÇAIRA, J.; MONTEZ, G.; GESTEIRA, B. *Currículos em mudança: a prática do ensino de Sociologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

GUIMARÃES, E. da F.; MORAES, A. C. *Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PEREIRA, D. M. *A Face Negra do Brasil Multicultural*. Brasília: Central, 2013.
Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/mre000073.pdf>.

PEREIRA, E. de A. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo, 2007.

_____. *Valores culturais afrodescendentes na escola*. São Paulo: Paulinas, 2008.

SILVA, A. C. da. *A representação do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2010.

Recebido em: 09/09/2024
Publicado em 27/11/2024